

## **Pesquisas sobre o urbano amazônico: diretrizes disciplinares X tradição interdisciplinar**

### **Research in urban planning and urbanism in the Amazon: disciplinary guidelines X interdisciplinary tradition**

### **Investigación sobre la zona urbana de la Amazonia: directrices disciplinares vs tradición interdisciplinaria**

Raul da Silva Ventura Neto, doutorando do Programa de Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Endereço: Praça Benedito Calixto, 186, apto. 96. CEP: 05406-040 – São Paulo, SP. Telefone: (11) 94142-6573. E-mail: neto@r2arquitetura.com.

Ana Cláudia Duarte Cardoso, doutora em Arquitetura pela *Oxford Brookes University* – Reino Unido, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará e pesquisadora do Instituto Tecnológico Vale. Endereço: Conjunto Euclides Figueiredo, B, 6. CEP: 66620-730 – Belém, PA. Telefone: (91)8011-1991. E-mail: aclaudiacardoso@gmail.com.

Danilo Araújo Fernandes, doutor em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos e professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Pará. Endereço: Rua Ó de Almeida, 1.322, apto. 102. CEP: 66053-190 – Belém, PA. Telefone: (91) 8013-1941. E-mail: danfernandes2@hotmail.com.

Taynara do Vale Gomes, graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará e bolsista de Iniciação Científica Pibic/CNPq. Endereço: Travessa Chaco, 2.609, apto. 403. CEP: 66093-543 – Belém, PA. Telefone: (91) 9110-2520. E-mail: taynaragomes@gmail.com.

## Resumo

Este artigo propõe uma reflexão sobre a relevância da pesquisa na área dos estudos urbanos e regionais, do planejamento urbano e do urbanismo na Amazônia e sobre o potencial de contribuição da pós-graduação para a atualização das estratégias de desenvolvimento pensadas para essa região. O artigo se estrutura em torno da contraposição de dados oriundos das políticas de C&T formatadas para a região amazônica, com as diretrizes que levaram à criação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), em 1973, primeiro do gênero na região. Destaca-se nesta revisão bibliográfica e de análise de dados a trajetória da expansão da pós-graduação na Universidade Federal do Pará (UFPA) nas áreas que poderiam ter a discussão das cidades ou da urbanização como foco de interesse. Constata-se que, em vez de incluir as cidades em uma possível agenda de desenvolvimento da Amazônia, o caráter disciplinar das diretrizes impostas à região pode estar consolidando uma tradição de tratamento segmentado das questões urbanas, em detrimento da histórica e necessária visão interdisciplinar.

**Palavras-chave:** Amazônia. Urbano. Naea.

## Abstract

This paper proposes to discuss the relevance of research in urban and regional studies, urban planning and urbanism in the Amazon, and the potential contribution of graduate research to updating development strategies designed for this region. The article is structured around the contrast of data from the S & T policies formatted for the Amazon region, and the guidelines that led to the creation, in 1973, of the Center for Advanced Studies about the Amazon. This literature review and data analysis highlights the expansion of graduate study at UFPA in areas that could have the discussion of cities and urbanization as the focus of interest. It appears that instead of including local cities in a possible development agenda for the Amazon region, the disciplinary character of the guidelines imposed upon the region may be consolidating a tradition of treating urban issues in a segmented fashion, rather than promoting a vision which is necessarily historical and interdisciplinary in nature.

**Keywords:** Amazon. Urban. NAEA.

## Resumen

Este artículo propone una reflexión sobre la relevancia de la investigación en el área de los estudios urbanos y regionales, de la planificación urbana y del urbanismo en la Amazonia, así como sobre el potencial de la contribución del posgrado para la actualización de las estrategias de desarrollo pensadas para la región. El artículo se estructura en torno a los datos de las políticas de C&T definidas para la región amazónica con las directrices que llevaran a la creación del Núcleo de Altos Estudios Amazónicos (NAEA), en 1973, primero de su tipo en la región. Se destaca en esta revisión bibliográfica y de análisis de datos la trayectoria de expansión del posgrado en la Universidad Federal de Pará (UFPA) en las áreas que se interesan por discutir las ciudades o la urbanización. Se constata que, en lugar de incluir las ciudades en una posible agenda de desarrollo para la Amazonia, el carácter disciplinario de las directrices impuestas a la región puede llegar a consolidar una tradición de tratamiento segmentado de las cuestiones urbanas, en detrimento de la histórica y necesaria visión interdisciplinaria.

**Palabras clave:** Amazonia. Urbano. NAEA

## Introdução

Este artigo propõe uma reflexão sobre a relevância da pesquisa na área dos estudos urbanos e regionais, do planejamento urbano e do urbanismo na Amazônia e sobre o potencial de contribuição da pós-graduação para a atualização das estratégias de desenvolvimento pensadas para essa região. A política desenvolvimentista do século XX optou pela integração econômica da região e a assumiu como agrária, fornecedora de matéria-prima e de energia, sem reconhecer a existência de assentamentos humanos e modos de vida praticados há tempos e adaptados àquele bioma. Nesse sentido, espera-se que, no século XXI, haja uma mudança de paradigma e que se fomentem atividades que permitam a manutenção da floresta e dos povos que a incorporam como parte intrínseca de suas práticas econômicas e culturais (LEFF, 2012).

As intervenções federais realizadas nos anos 1960 e 1970 (provisão de estradas, construção de hidrelétricas, implantação de polos de exploração mineral e de assentamentos rurais) resultaram na integração da Amazônia ao mercado nacional e a consolidaram como uma região de fronteira para a acumulação do capital nacional e internacional. Tais ações implantaram em algumas porções daquele território uma racionalidade industrial que se superpôs à dinâmica mercantil que existia até então.

As cidades, vilas e localidades se organizavam segundo um padrão dendrítico, expresso por intermédio da rede urbana tradicional formada ao longo dos rios (CORRÊA, 1987) e que se alterou com a abertura das estradas, quando se consolidou a ocupação do continente. Essa ocupação ocorreu por meio de núcleos espontâneos e planejados, criados ao longo das novas estradas, caracterizando um processo de urbanização descentralizada (não concentrado na capital), particularmente em estados como Pará e Rondônia; contudo, o fluxo migratório (colonização dirigida ou espontânea) para as áreas rurais, seguido da crise da dívida externa nos anos 1980 e da paralisação de ações federais na região durante esse período, produziu uma forte periferização das capitais (TRINDADE JR., 1998) e, principalmente, o crescimento da população urbana em cidades-polo, que, no decorrer das últimas quatro décadas, incorporaram o papel de cidades médias na hierarquia da rede urbana regional, seguidas de outras cidades menores e de diferentes tipologias: *company towns*, assentamentos espontâneos e cidades ribeirinhas (CORRÊA, 1987; SIMÕES et al., 2013).

Nesse interregno de expressivas intervenções federais na região, destaca-se a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), como resposta ao apelo de segmentos das elites regionais por uma política de desenvolvimento regional que atraísse investimentos, principalmente do sul do País, para a industrialização regional (CANO, 2011).

Do ponto de vista da ocupação do território, os estudos efetuados pela Sudam, em 1966, já propunham que, de antemão, se urbanizasse a região, em vez de serem utilizados os critérios clássicos de

desenvolvimento para as regiões despovoadas, baseados na prospecção dos recursos naturais e posterior assentamento da população (BECKER, 2004).

É fortalecida a condição em que novos assentamentos urbanos, oriundos de núcleos planejados ou da expansão dos antigos núcleos de importância histórica, tornam-se centros sub-regionais, chegando à condição de cidades médias (BECKER, 2004) e de importantes vetores de crescimento econômico e demográfico na região (TRINDADE JR., 2004). Essas cidades médias, formadas sob a égide desenvolvimentista, tornam-se importantes no âmbito regional, principalmente por conta do conjunto de relações desencadeadas pelo processo de integração do País (TRINDADE JR.; PEREIRA, 2007), e não por assumirem funções decorrentes da desconcentração industrial, como ocorreu na Região Sudeste.

Em razão disso, essas cidades não foram completamente assimiladas ou adaptadas à racionalidade industrial associada aos “grandes projetos”, ou seja, não foram capazes de absorver plenamente os excedentes de capital gerados com o desenvolvimento industrial da região e, conseqüentemente, não deram conta de superar os problemas sociais que se avolumaram ao longo dos anos 1980 e 1990, alimentados por um rápido crescimento urbano, o maior do País nas últimas décadas (LEITÃO, 2009).

Observa-se que tanto a Região Metropolitana de Belém (RMB)<sup>1</sup> quanto cidades pequenas e médias do estado do Pará, durante os anos 1980 e 1990, manifestam o que Cano (2011) aponta como padrão caótico de urbanização das cidades brasileiras, reproduzindo o processo perverso de urbanização presente nas grandes cidades. Soma-se a essa situação, o fato de a maior parte das cidades no Pará apresentar dificuldades de controle urbanístico e de implantação de políticas de desenvolvimento urbano, ausência de regulação e planejamento e acesso restrito à infraestrutura social e física (CARDOSO; LIMA, 2009).

Apesar da trajetória descrita, as cidades ou o processo de urbanização não eram um forte objeto de interesse científico na

<sup>1</sup> A RMB foi a primeira região metropolitana instituída na Região Norte, no ano de 1973. Mais recentemente foi apontada como a RM brasileira com maior presença de assentamentos precários de todo o Brasil urbano (MARQUES, 2007).

época em que a agenda de pesquisa e a concepção de pós-graduação brasileira foram deslanchadas e mantiveram-se como tema secundário de investigação no País e na região. Os núcleos planejados implantados pelas empresas públicas e pelas agências de desenvolvimento (ex: *company towns* da Eletronorte e da antiga Companhia Vale do Rio Doce e a Nova Marabá, da Sudam) seguiram a concepção modernista já testada em Brasília, dentro da racionalidade estritamente industrial, em que pese a existência de outras práticas e dinâmicas na região<sup>1</sup>.

No alvorecer do século XXI, a globalização da economia, as novas tecnologias de informação e a desindustrialização de países ricos e altamente urbanizados, além do reconhecimento da diversidade cultural, trouxeram à tona o tema das cidades para o entendimento das principais tendências de reconfiguração da ordem social.

A cidade e a metrópole reemergiram como lugar estratégico de manifestação das tendências macrossociais e de complexas trajetórias multidirecionais (SASSEN, 2010). Paralelamente, estudos estratégicos apontam para o potencial dos capitais natural e sociocultural ainda presentes na Amazônia e para a necessidade do seu aproveitamento mediante investimentos em C&T (BECKER, 2009); tal diretriz depende da conciliação entre natureza, capital e cidade, em que são favorecidos a inclusão social, a melhoria das condições de vida e o acesso a serviços e equipamentos públicos (GUEDES, 2013).

Nesses termos, enquanto cresce o interesse pela cidade e pelo urbano nas sociedades industrializadas, observa-se a carência de pesquisa sobre como operar a diretriz estratégica de desenvolvimento tecnológico e inovação para a Amazônia, incorporando a dimensão urbana nesse processo. Em face dessa lacuna nas diretrizes de pesquisa na região, a tendência que se apresenta é a de que as cidades da Amazônia que continuam a se constituir como cenários de conflito, especialmente em estados como Pará e Rondônia, permaneçam incapazes de oferecer qualidade de vida e serviços compatíveis com as qualificações requeridas por cidadãos da era da informação.

O desenvolvimento deste artigo procura explicitar como a trajetória recente da pós-graduação na região vem contribuindo para

esse quadro, no sentido de alertar o quão efetivamente inovador pode ser o investimento na pesquisa sobre o urbano e as cidades na Amazônia.

### **Diretrizes para a pós-graduação na Amazônia: entre o endógeno e o exógeno**

A estratégia de ampliação da pós-graduação na Amazônia pode ser mais bem compreendida a partir do exame dos diagnósticos e objetivos dos diversos Planos Nacionais de Pós-Graduação (PNPGs) elaborados pelo Governo Federal desde o final dos anos 1970. Esses planos equivaleram ao planejamento estratégico para as áreas de pesquisa e inovação no sistema educacional brasileiro, apontando diretrizes e metas a serem alcançadas em um determinado intervalo de tempo.

Em paralelo a isso, na Universidade Federal do Pará (maior instituição de ensino e pesquisa da região)<sup>2</sup> foi criado, de maneira aparentemente endógena e no bojo de um pensamento desenvolvimentista, o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (Naea), primeiro centro de pesquisa e ensino em nível de pós-graduação voltado exclusivamente para estudar a região amazônica e que objetiva, a partir da formação de um quadro técnico e do desenvolvimento de pesquisas no campo das Ciências Sociais, acelerar o processo de desenvolvimento regional.

É importante deixar claro que antes da criação do Naea, em 1973, outras instituições de pesquisa federais na região – como o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa) e o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) – representavam os espaços institucionais mais significativos no desenvolvimento de pesquisas científicas nas áreas da Etnologia, Zoologia, Botânica, Arqueologia, Antropologia e Ciências Humanas. A novidade do Naea, no entanto, estaria no novo foco sobre as Ciências Sociais e sua associação mais direta com a missão educacional que passará a ser desenvolvida pelas universidades federais na região – passando a Universidade Federal do Pará a assumir papel importante no debate regional sobre as políticas federais de desenvolvimento para

<sup>2</sup> Até o ano de 2009, a UFPA se mantinha como o maior centro de educação superior e pesquisa de todo o Norte do Brasil e de pós-graduação em toda a Amazônia (UFPA, 2009).

a região (COSTA, 1983; UFPA, 2007). Outro aspecto importante a ser ressaltado sobre a questão passou a ser a busca do Naea para associar a sua vocação inicial de centro de pesquisa em nível de pós-graduação interdisciplinar à estratégia de ensino e formação de recursos humanos, com o objetivo de fornecer mão de obra qualificada que pudesse auxiliar na concepção e construção de uma política nacional de desenvolvimento regional para a Amazônia (vide o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia – PDA).

A contraposição de dados oriundos das políticas de CT&I formatadas para a Amazônia com as diretrizes que levaram à criação do Naea e à trajetória da expansão da pós-graduação na UFPA, nas áreas que poderiam ter a discussão das cidades ou da urbanização como foco de interesse, é apresentada neste artigo como evidência dos desencontros históricos entre as diretrizes de modernização, a homogeneização da pós-graduação brasileira, conforme apresentada e organizada nos PNPGs, e a assimilação das cidades em uma possível agenda de desenvolvimento da Amazônia.

O I PNPG (1975-1979) foi responsável por sintetizar o primeiro diagnóstico da pós-graduação no Brasil, para, com isso, evidenciar as principais deficiências no ambiente acadêmico de pesquisa nas universidades brasileiras. Constatou-se que o Brasil de então contava com um sistema de pós-graduação instável, desarticulado, com baixa eficácia e cuja expansão havia ocorrido de modo parcialmente espontâneo, desordenado e pressionado por motivos conjunturais (MEC, 1975).

O diagnóstico chamava atenção também para o desenvolvimento desequilibrado da pós-graduação entre as regiões brasileiras, concentrado nos estados do Centro-Sul e com lacunas significativas na Região Norte, que possuía cerca de 1% das vagas em cursos de doutorado e mestrado somente na área de Geociências, na UFPA.

Em face disso, o objetivo principal desse I PNPG passou a ser o de consolidar a pós-graduação nas universidades brasileiras como objeto de planejamento estatal, considerando-a como subsistema do sistema universitário e este, por sua vez, do sistema educacional (MEC, 2010).



Para minorar as desigualdades regionais, o plano apontava como uma de suas diretrizes a expansão dos programas de pós-graduação tendo em vista uma estrutura mais equilibrada entre áreas e regiões; contudo, apesar de aparecer como diretriz do I PNPG, a redução das desigualdades regionais não foi incluída claramente nas suas metas, aparecendo implicitamente no documento dependente da ampliação dos cursos de pós-graduação em âmbito nacional e em razão de definições futuras da própria Capes.

No II PNPG (1982-1985) observa-se o recrudescimento na discussão sobre as disparidades regionais e a manutenção do foco na necessidade de melhoria na qualidade institucional dos programas de pós-graduação vigentes ou em vias de implantação. O documento não apresentou um diagnóstico quantitativo da situação da pós-graduação naquele momento, concentrando-se na apresentação de questões qualitativas que impunham limites ao desenvolvimento da pós-graduação no Brasil (tais como a instabilidade nos cursos e a demora na sua conclusão).

Em decorrência disso, foram reforçadas algumas diretrizes do I PNPG, que previam a formação de recursos humanos qualificados para as atividades docentes e de pesquisa e de técnicas, visando ao atendimento dos setores públicos e privados, acrescidas de referências à necessidade de fortalecimento dos instrumentos de avaliação dos programas de pós-graduação em âmbito nacional, que se inspiram progressivamente na experiência acumulada das ciências ditas duras (ex: exatas, engenharias, biológicas), capazes de gerar inferências quantitativas mais facilmente do que as Ciências Sociais, Humanas e Sociais Aplicadas, tradicionalmente orientadas para a compreensão de processos.

O III PNPG (1986-1989), por sua vez, colocou em evidência a reduzida quantidade de cientistas e instituições de pesquisa no País, elementos essenciais para garantir independência econômica, científica e tecnológica para o Brasil no século XXI. Além disso, trouxe um novo diagnóstico da pós-graduação no Brasil, apresentando significativas melhorias quantitativas, como, por exemplo, o aumento de 212% no

número de cursos de mestrado em todo o Brasil (de 370 em 1975, para 787 em 1985) e de 365% no número de cursos de doutorado (eram 89 em 1975 e passaram para 325 em 1985). Todavia, o plano constatou também a diminuição da participação da Região Norte nessa ampliação: em 1975, não chegava a 2% do total de cursos de doutorado e mestrado e, em 1985, não passava de 0,85% do total (MEC, 1985).

Além de constatar mais uma vez as assimetrias regionais, o III PNPG ressaltava alguns obstáculos encontrados para a ampliação dos cursos de pós-graduação no território nacional. Utilizando-se do exemplo da Amazônia, o plano chama atenção para as dificuldades existentes no processo de implantação de centros de pesquisa na região e mesmo na ampliação dos cursos de mestrado e doutorado nas universidades; em grande parte, os limites à ampliação da pesquisa são atribuídos às dificuldades inerentes à região:

[...] os elevados custos de vida, os atuais óbices para a contratação de pessoal docente para as universidades e a evasão do pessoal qualificado. Este, em parte, permanece nos grandes centros urbanos, para onde se dirigiu a fim de aprimorar os seus conhecimentos em cursos de mestrado e doutorado ou desenvolver projetos de pesquisa, em razão das condições bem mais favoráveis (MEC, 1985, p. 203).

Diferentemente dos planos anteriores, o III PNPG apontou que, em face das potencialidades da região, comprovada pela magnitude dos “grandes projetos” do Governo Federal implantados nas décadas anteriores, havia demanda no que se refere à formação de mão de obra qualificada para a região e que a Amazônia deveria receber maior apoio do Governo Federal para o seu desenvolvimento científico, cultural e tecnológico (MEC, 1985). Apesar disso, as diretrizes e as estratégias previstas no documento novamente não trataram diretamente da questão regional e, mais precisamente, de estratégias para estimular o desenvolvimento do ambiente de pesquisa nas universidades da região.

Curiosamente, a criação do Naea, que é anterior à elaboração do I PNPG, garantiu que as suas diretrizes e os seus objetivos estivessem alinhados com os três PNPGs subsequentes. A realização da Operação Amazônia, em 1966, é fator importante para a correta compreensão do

contexto de surgimento do Naea. Em seguida, veio o milagre econômico ocorrido entre os anos de 1967 a 1973, período em que o projeto desenvolvimentista autoritário do Estado brasileiro para a Amazônia tornou explícita a intervenção federal na região, orientada por diretrizes geopolíticas.

Nesse contexto, a ideia de planejamento do desenvolvimento da Amazônia assumiu, do ponto de vista político e institucional, contornos mais precisos e tecnicamente mais elaborados, em um quadro geral de intervenção econômica que se estendeu até aproximadamente o ano de 1985. Em razão dessa visão desenvolvimentista, o Naea foi formatado como uma instituição voltada para o desenvolvimento regional, cuja área de estudo principal seria a Amazônia pan-americana (BASTO; CASTRO; RAVENA, 2010).

Ator estratégico na equipe que viria a colaborar na elaboração da Operação Amazônia, o professor Armando Mendes<sup>ii</sup> (principal mentor e idealizador do Naea) liderou um movimento a favor da transformação da UFPA em um centro de pesquisa regional na (e para a) Amazônia. Seu projeto era o de construção de um polo aglutinador de experiência e desenvolvimento de pesquisas voltadas para a construção de uma instituição responsável pela formação de quadros técnicos e de pesquisas que pudessem contribuir efetivamente com o processo de desenvolvimento da região.

Nesse sentido, a criação do Naea, em 1972-73, viria a se tornar uma das estratégias-síntese das ambições da UFPA de se tornar o grande centro de referência em estudo, pesquisa e formação de quadros técnicos voltados para o desenvolvimento da região amazônica. Com o Naea, a UFPA alcança, pela primeira vez, um papel relevante no cenário da formação e pesquisa no campo das Ciências Sociais no Brasil.

No mesmo período da criação do Naea, ocorria uma rara articulação das escalas regional e local no âmbito do Ministério do Interior, via articulação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo – SERFHAU (órgão que existiu de 1964 a 1975 e era voltado para a quantificação de déficit habitacional e para a elaboração de planos diretores municipais) e

da atuação do Banco Nacional de Habitação (BNH), além da formulação de uma concepção de urbanismo rural apresentada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que consistia em um sistema hierárquico de nucleamentos para toda a extensão da Transamazônica (agrovilas, agrópolis, rurópolis) e detalhava a estruturação interna desses núcleos, assim como a equipe mínima de profissionais necessária para a sua implantação (CARDOSO, 2011).

O SERFHAU buscou a integração entre os programas federais (Provale, PIN, Transamazônica, etc.) e metas de desenvolvimento regional e local e, no cumprimento de suas atribuições, promoveu ações de planejamento e capacitação importantes para a Amazônia, devido ao seu pioneirismo (Minter/SERFHAU, 1972). Entre a sua programação nacional de capacitação, existia o denominado Curso Nacional de Planejamento Urbano e Local em Faixas Pioneiras, destinado aos técnicos do serviço público e, particularmente, do Ministério do Interior, que seguia a orientação do Programa Interamericano de Planejamento Urbano e Regional, da Organização dos Estados Americanos (Piapur/OEA) e contava com a colaboração do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UnB. Esse curso influenciou uma geração de profissionais que também recebeu formação do Fipam/Naea, voltada para o planejamento regional.

O curso do SERFHAU buscava articular os objetivos de integração nacional do Governo Federal; viabilizar o cumprimento das metas de desenvolvimento regional e local do Minter; difundir técnicas de planejamento urbano e local entre as agências governamentais; discutir as peculiaridades do planejamento para as faixas de fronteira; articular as ações do Minter e aproximá-lo da academia, por meio da integração entre trabalhos acadêmicos e da implementação das políticas e programas federais, o que aconteceu a partir de edições do Projeto Rondon, que trouxeram para municípios amazônicos alunos de pós-graduação de universidades do Sudeste e Centro-Oeste do País, uma vez que, no Naea, os programas de mestrado e doutorado ainda não estavam implantados (observa-se nos Gráficos 1 e 2 os anos de início da produção acadêmica – dissertações e teses – e o quanto dessa produção tem sido dedicada à temática urbana).

Mesmo sem estar claramente incluído nas metas do I, II ou III PNPG, pode-se dizer que a concepção e a criação do Naea antecipa, em grande parte, as diretrizes apontadas nesses documentos, na medida em que o núcleo pode ser classificado como órgão de planejamento estatal para atender aos propósitos de desenvolvimento regional e integração da Amazônia ao mercado nacional. Ademais, em análises realizadas no banco de dados de monografias de especialização, dissertações e teses produzidas no Naea, percebe-se que grande parte dos primeiros discentes do Naea (entre 1973 e 1981) compunha o corpo técnico da UFPA e de outras universidades da Pan-Amazônia.

Ao mesmo tempo em que representava um avanço do ponto de vista da produção científica sobre a Amazônia, o núcleo também podia ser encarado como alternativa encontrada para formar um corpo de pesquisadores focados na região, sem que houvesse a necessidade de atrair pesquisadores de outras partes do território, o que, como mostrou o diagnóstico do III PNPG, já se apresentava desde aquele momento como uma difícil tarefa.

A pós-graduação no Naea amadureceu com a criação do segundo curso de mestrado da UFPA, em 1977: Planejamento do Desenvolvimento. Em 1994, ocorreu a criação do curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Ambos produziram, até o ano de 2009, respectivamente, 315 dissertações e 97 teses defendidas sobre assuntos que abordam temas amazônicos; vale destacar, entretanto, que cerca de 90% desses trabalhos estão incluídos na grande área de Ciências Sociais, o que seria um reflexo da sua estrutura de docentes, que, em sua maioria, era ligada à Sociologia e a Estudos sobre Desenvolvimento (BASTOS; CASTRO; RAVENA, 2010).

Os programas do Naea se particularizam desde a sua criação por se estruturarem a partir de um modelo interdisciplinar para entender a realidade amazônica, motivados pela concepção de que “as teorias baseadas em modelos disciplinares não oferecem então as explicações necessárias à complexidade das mudanças ocorridas na grande floresta ou a adaptação do homem à mesma” (Ibidem, p. 14).

Constata-se ainda que essa diretriz interdisciplinar, além de ser o eixo norteador das linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação do instituto, tem fomentado o desenvolvimento de outros programas de pós-graduação na Amazônia brasileira: na Universidade Federal do Amapá; na Universidade Federal de Rondônia; na Universidade Federal de Roraima; na Universidade Federal do Acre; e na Universidade Federal do Amazonas (Ibidem, p. 12), todos em nível de mestrado e classificados, atualmente, dentro da área interdisciplinar da Capes, ratificando que o modelo de pós-graduação do Naea difundiu uma tradição interdisciplinar.

Porém, as diretrizes apontadas no V e no VI PNPGs (2005-2010; 2011-2020), que incluem a Amazônia como área prioritária na Agenda Nacional de Pesquisa, privilegiam a consolidação de uma visão disciplinar sobre a Amazônia, focada principalmente na pesquisa em Biotecnologia e na biodiversidade da floresta, em detrimento de pesquisas nas áreas das Ciências Sociais e Humanas.

Por um lado, os diagnósticos apresentados nos dois últimos PNPGs ratificam uma redução nas disparidades e assimetrias regionais no universo da pesquisa e da pós-graduação brasileiras. De fato, essas diferenças continuam sendo significativas; contudo, a região Norte, que detinha, respectivamente, 3,5% dos cursos de mestrado e 1,8% dos cursos de doutorado do total do País em 2004, passou para 4,6% dos cursos de mestrado e 2,7% dos cursos de doutorado já em 2009, apresentando o maior ritmo de crescimento relativo do Brasil em comparação com outras regiões (MEC, 2010). Somente na UFPA, que, no início dos anos 2000, possuía apenas 200 doutores, atingiu-se, ao longo da última década, a marca de 1.100 doutores e cerca de 54 programas de pós-graduação *stricto sensu*, incluindo 26 cursos de doutorado (UFPA, 2012).

O VI PNPG é o que mais claramente elege a Amazônia como área prioritária na Agenda de Pesquisa Nacional, sem, entretanto, deixar de apontar dificuldades tradicionais existentes para elevar a produtividade em C&T na região e que já vinham sido apontadas no III PNPG. Dentre essas, cita-se a ausência de políticas eficientes para a fixação e a atração

de pesquisadores, sugerindo a necessidade de formatação de políticas de salários e bolsas diferenciadas.

Além das limitações em recursos humanos, o documento cita a existência de limites infraestruturais, como o isolamento digital de grandes parcelas do território, o que acaba contribuindo para aumentar a dificuldade em manter e contratar novos pesquisadores para as instituições de C&T. Por último, fica estabelecido que, dada a condição de área prioritária na Agenda Nacional de Pesquisa, o *staff* disponível na Amazônia é insuficiente frente às demandas previstas, apontando para o fato de que, além da introdução de novos programas de pós-graduação na região, seria necessário conceber programas de cooperação inter-regional, nacional e internacional para a qualificação do pessoal já situado ali.

O próximo tópico do artigo mostra, ao analisar o caso da UFPA, que as diretrizes de ampliação dos programas de pós-graduação nas universidades pode estar incidindo diretamente sobre as pesquisas que tratam do urbano amazônico. Ao que tudo indica, as pesquisas, que outrora possuíam caráter interdisciplinar por terem origem nos cursos de pós-graduação do Naea, cada vez mais têm assumido caráter disciplinar. Esse crescimento, por um lado, pode representar um aumento quantitativo na produção acadêmica e, por outro, pode representar uma queda qualitativa na aplicabilidade dessas pesquisas, na medida em que a empiria é prejudicada quando a análise do urbano amazônico passa a se dar por uma única ciência.

### **Dados sobre a pesquisa do urbano na UFPA**

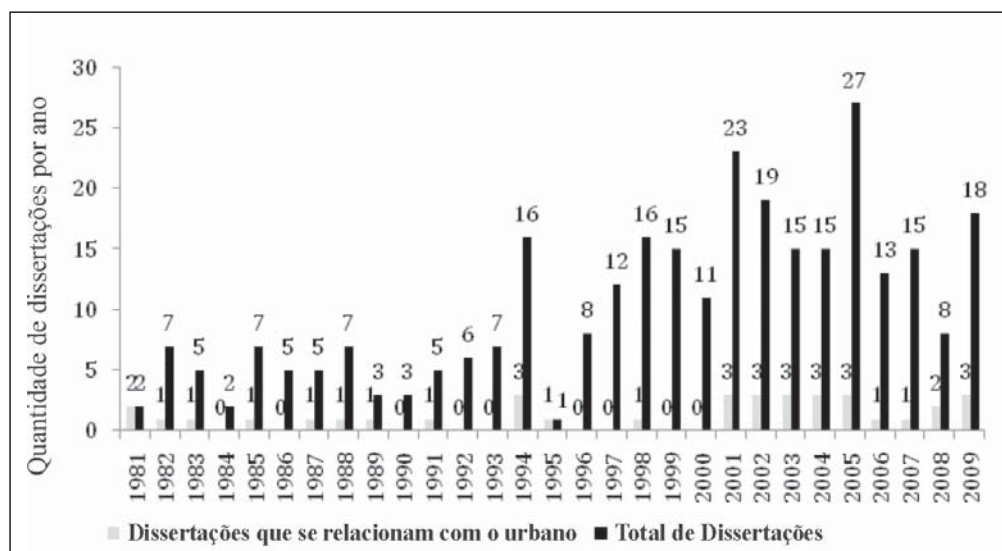
Para avaliar o desenvolvimento da pesquisa sobre a questão urbana e regional na UFPA, neste artigo foram investigados dois bancos de dados distintos. Esses bancos de dados foram montados inicialmente a partir de levantamentos primários do acervo de dissertações e teses depositadas na Biblioteca do Naea, desde a sua criação até o ano de 2009, e do acervo de teses e dissertações produzidas nos cursos de pós-graduação da UFPA e depositadas na biblioteca central dessa universidade.

Os resultados primários levantados foram posteriormente ajustados com base em sua comparação com publicações e materiais secundários, como artigos, livros e periódicos elaborados por outros autores com o intuito, muito semelhante a este estudo, de organizar um banco de dados consistente sobre a produção de pesquisas monográficas voltadas para o tema do desenvolvimento da Amazônia, a partir dos acervos da UFPA (COSTA, 1983; SANTOS; MOREIRA, 2008; BASTOS; CASTRO; RAVENA, 2010).

Para obter as informações referentes à produção acadêmica que se relaciona com o urbano amazônico, os títulos das dissertações e teses foram filtrados, a fim de deixar em evidência somente os que possuíam os termos: urban, cidade e metrop. Essa metodologia é semelhante à adotada por Bastos, Castro e Ravena (2010) com o intuito de apresentar os 20 temas mais citados nos trabalhos acadêmicos do Naea. O urbano, nessa pesquisa, aparece como o quinto tema mais citado (algo em torno de 15% dos trabalhos).

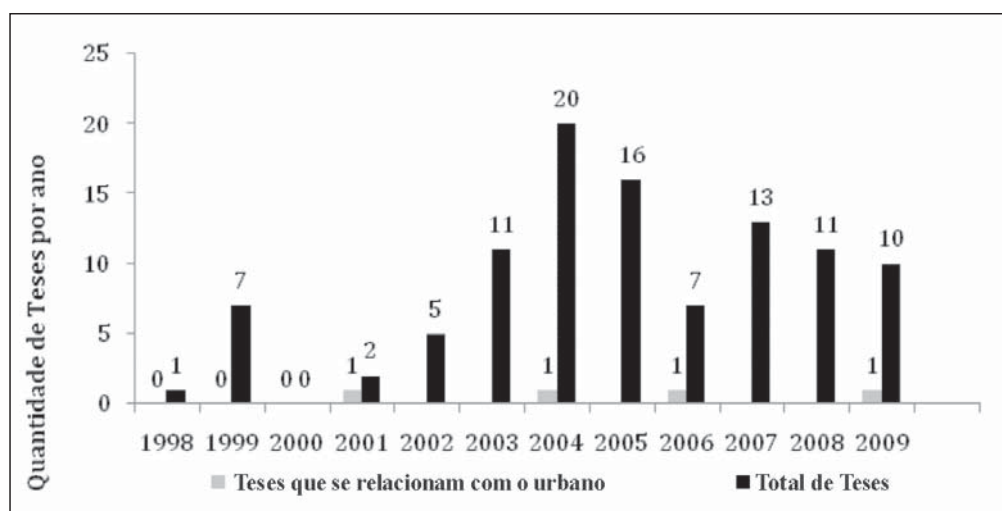
Ao se detalhar a frequência com que esses trabalhos têm ocorrido (Gráfico 1), percebe-se que a pesquisa sobre o urbano amazônico sempre esteve presente nas pesquisas do Naea, desde a criação do curso de mestrado em 1981 até o ano de 2009. Somente em alguns anos (principalmente, durante a década de 1990) houve uma queda nesses números, reaparecendo com mais intensidade a partir dos anos 2000. Essa frequência, entretanto, ocorre principalmente entre as dissertações, enquanto as teses que tratam da questão urbana não ultrapassam a marca de quatro entre os anos de 1998 e 2009 (Gráfico 2). Chama atenção, porém, o fato de que, principalmente a partir de 2000, ocorreu significativo crescimento na quantidade de dissertações e teses defendidas, sem que houvesse uma ampliação correspondente no número de trabalhos sobre o urbano.





Fonte: Acervo Biblioteca do Naea e Biblioteca Central da UFPA. Elaboração: Taynara Gomes (2013).

**Gráfico 1. Naea: dissertações sobre o urbano amazônico *versus* total de dissertações produzidas (por ano)**



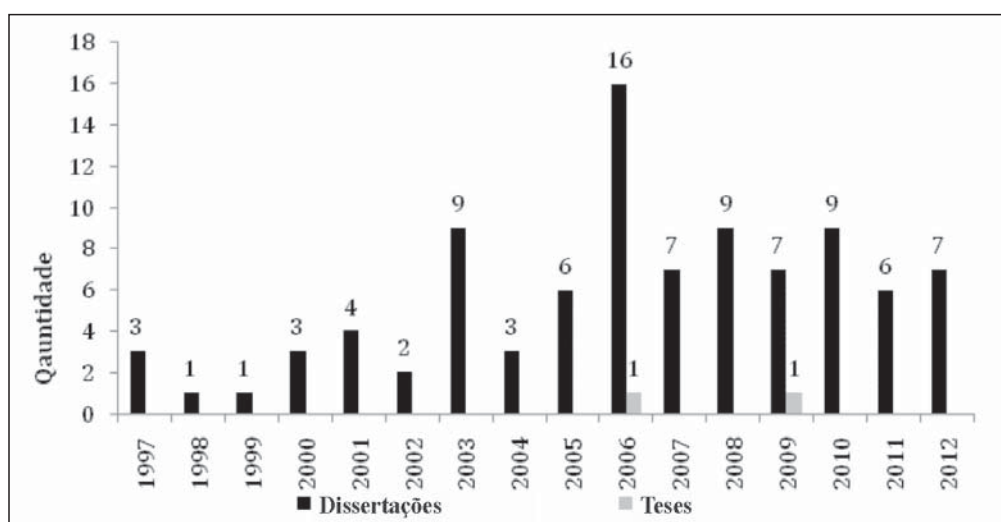
Fonte: Acervo Biblioteca do Naea e Biblioteca Central da UFPA. Elaboração: Taynara Gomes (2013).

**Gráfico 2. Naea: teses sobre o urbano amazônico *versus* total de teses produzidas (por ano)**

Ao que tudo indica, essa condição pode ser explicada pela criação, na UFPA, de outros cursos de pós-graduação em áreas que também interagem com a questão urbana, como Geografia, Serviço Social, Ciências Sociais, Antropologia, Direito e História. A maior parte desses cursos foi homologada pela Capes entre os anos de 2002 e 2004; além disso, o seu corpo docente tem sido composto por professores que já foram ou

ainda permanecem ligados ao Naea ou fizeram parte de sua formação acadêmica no instituto, como é o caso dos programas de Geografia, Serviço Social, Ciências Sociais e Antropologia.

A discussão sobre o urbano amazônico ganhou nova dimensão a partir da criação desses programas, o que pode ser evidenciado em termos quantitativos (Gráfico 3) com o crescimento no número de dissertações produzidas, principalmente a partir de 2003. Entretanto, como os programas ainda são relativamente recentes, o número de teses defendidas é bastante reduzido e fica restrito a somente duas linhas de pesquisa, ligadas ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.



Fonte: Biblioteca Central da UFPA. Elaboração: Taynara Gomes (2013).

### Gráfico 3. UFPA: total de teses e dissertações sobre o urbano amazônico (por ano)

Essa espécie de pulverização da pesquisa do urbano, ou da questão urbana de uma forma geral, não é um fenômeno restrito ou decorrente do desenvolvimento da pós-graduação dentro da UFPA. Como mostra Costa (1999), o modo de vida urbano-industrial tornou-se a materialização espacial da modernidade capitalista, e o estudo sobre o urbano parece ter se estilizado ao longo do desenvolvimento do seu campo epistemológico.

O que antes era analisado como questão urbana pode agora ser apresentado como uma vertente ligada aos estudos culturais, em

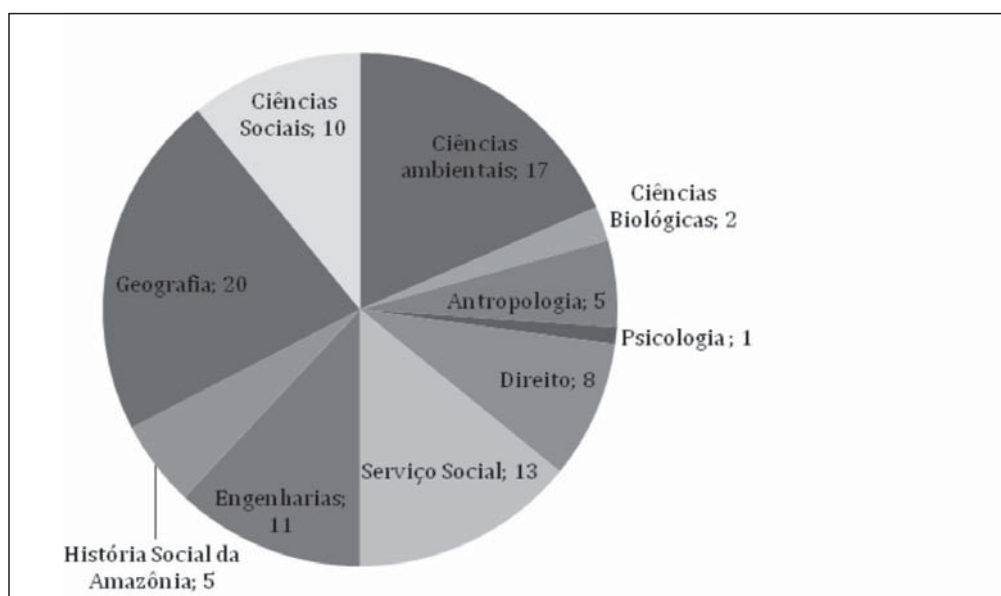
que as análises enfatizam principalmente temáticas relacionadas às diferenças de raça, gênero, sexualidade, *background* étnico-cultural, entre outras; ou como uma vertente ainda mais segmentada, da qual emergem temáticas de pesquisa que anteriormente compunham a antiga “totalidade” dos estudos sobre o urbano (produção social do espaço, habitação, saneamento básico, controle sobre o uso da terra, transporte coletivo etc.) e que vêm sendo encampadas por outros grupos de pesquisa.

No banco de dados construído para dar suporte a este artigo, o que se verifica é que os trabalhos cujas temáticas se alinham aos estudos culturais têm-se concentrado principalmente nos Programas de Pós-Graduação de Ciências Sociais e de Antropologia. Como exemplo, pode-se citar a dissertação defendida no ano de 2006, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, de autoria de Marcos Alexandre Pimentel da Silva, sob a orientação da Profa. Dra. Marilu Márcia Campelo: *A Cidade vista através do porto: múltiplas identidades urbanas e imagem da cidade na orla fluvial de Belém (PA)*; ou, ainda, outra dissertação defendida no ano de 1999, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, de autoria de Telma Amaral Gonçalves, sob a orientação da Profa. Dra. Eni de Mesquita Samara, intitulada *E o casamento, como vai?: um estudo sobre a conjugalidade em camadas médias urbanas*.

Da mesma forma, dissertações defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Engenharia, em Direito, em Serviço Social e em Geografia incorporam segmentos que antes eram tratados dentro de uma visão interdisciplinar da pesquisa sobre o urbano, como a dissertação defendida no ano de 2003, no Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, de autoria de Andressa Macêdo Silva, sob a orientação da Profa. Dra. Ana Rosa Baganha Barp, intitulada *Gestão de conflitos pelo uso da água em bacias hidrográficas urbanas, relacionada à questão do saneamento ambiental*, ou, então, a dissertação defendida no ano de 2000, no Programa de Pós-Graduação em Direito, de autoria de Maurício Leal Dias, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Facury Scaff, intitulada *Princípios constitucionais do Direito Urbanístico*, que incorpora a discussão sobre os instrumentos legais para controle e uso do urbano.

As análises dos dados coletados na pesquisa de campo (Gráfico 4) indicam que, mesmo que haja uma condição exógena que tenha levado à pulverização do estudo sobre o urbano dentro da UFPA, o que se verifica é uma tendência à concentração de pesquisas e trabalhos voltados para temáticas isoladas e com baixa interdisciplinaridade, como é o caso do saneamento básico nos programas de Engenharia Civil e Sanitária, o controle do uso da terra no programa de Direito ou a questão habitacional em áreas de ocupação informal no Programa de Serviço Social.

Por sua vez, o Programa de Pós-Graduação em Geografia, que apresenta a maior quantidade de trabalhos que tratam do urbano amazônico na UFPA, é o que apresenta também dissertações que, aparentemente, possuem uma abordagem mais interdisciplinar, além de ser o programa com o maior número de dissertações que têm como estudo de caso cidades do interior do estado do Pará.

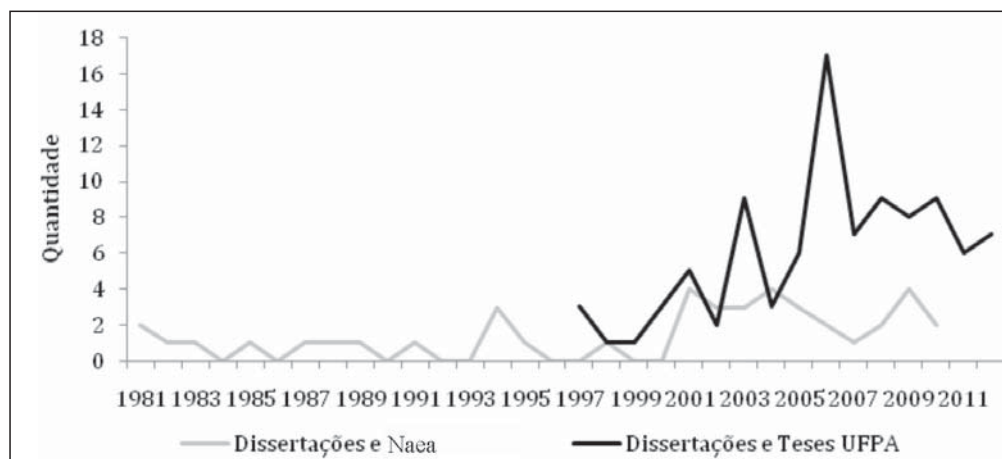


Fonte: Acervo Biblioteca do Naea e Biblioteca Central da UFPA. Elaboração: Taynara Gomes (2013).

#### Gráfico 4. UFPA: divisão entre as pós-graduações com trabalhos relacionados ao urbano amazônico

Por fim, quando se realiza uma comparação entre a produção acadêmica do Naea com a produção somada dos programas de pós-graduação da UFPA (Gráfico 5), percebe-se claramente que tem havido uma ampliação dessa diferença: enquanto a produção acadêmica

do Naea tem se mantido estável, principalmente, a partir de 2003, a produção acadêmica dos outros programas cresce fortemente em 2003 e 2006 e, ao que tudo indica, estabiliza-se a partir de 2007 a uma taxa de dez trabalhos por ano, enquanto o Naea mantém a taxa de quatro trabalhos por ano.



Fonte: Acervo Biblioteca do Naea e Biblioteca Central da UFPA. Elaboração: Taynara Gomes (2013).

### Gráfico 5. Naea x UFPA: comparação entre o total de teses e dissertações produzidas no Naea e nos cursos de pós-graduação da UFPA

#### Considerações finais

Ao refletir sobre o lugar reservado para a Amazônia dentro do desenvolvimento do País nos dias de hoje, vê-se que tem havido, segundo Becker (1999), uma revalorização estratégica decorrente de um novo modo de produzir baseado no conhecimento e na informação. A questão passa a ser valorizar a natureza como capital de realização atual ou futura, em um contexto em que a expressão reserva de valor significa a apropriação de territórios em ambientes sem o seu uso produtivo imediato (BECKER, 1999).

Em outras palavras: o domínio sobre o território adquire um sentido mais amplo e passa a considerar a necessidade de produzir, principalmente, inovações tecnológicas a partir da biodiversidade, mas sem deixar de lado a utilização dos recursos naturais disponíveis.

Logo, é compreensível que as políticas de desenvolvimento nacional e regional, somadas às estratégias de avaliação da pós-graduação brasileira, estimulem gradativamente a pesquisa setorial, ainda que focada na região, sem, entretanto, garantir que isso revele os limites e passivos historicamente acumulados para a compreensão da manifestação dos processos globais e nacionais na escala local ou contemple dimensões que vão além do universo das inovações tecnológicas passíveis de serem alcançadas. A questão urbana regional é uma dessas dimensões: advoga-se neste artigo que, sem o claro domínio do que é o urbano amazônico, a internalização desse conhecimento para a população local tende a ser prejudicada.

As análises das dissertações e teses compiladas a partir do acervo da Biblioteca do Naea e da Biblioteca Central da UFPA deixam claro que a pesquisa sobre a questão urbana regional, mesmo que tenha avançado do ponto de vista quantitativo nos últimos anos, pode estar se consolidando de forma segmentada e perdendo o caráter interdisciplinar; que, ao que tudo indica, seria o mais adequado para entender a Amazônia. Ao mesmo tempo, o mais recente PNPG, além de apontar os limites existentes para o fortalecimento das pesquisas em C&T na região, ratifica que o lugar reservado para a Amazônia dentro da Agenda Nacional de Pesquisa brasileira é o da prevalência de pesquisas com foco na biodiversidade e na biotecnologia.

Contudo, mesmo que uma das diretrizes colocadas seja a de gerar “produtos e processos que contribuam para o desenvolvimento sustentável da Amazônia” (MEC, 2010, p. 209), faltaria equacionar alguns limites ainda mais complexos que, na sua estrutura, se relacionam com a formação socioeconômica-espacial da região, ainda pouco compreendida e em constante embate com padrões hegemônicos de controle sobre o território.

Neste artigo, focou-se principalmente na questão urbana regional e na trajetória de pesquisa sobre essa temática na UFPA, pois de que maneira pode ser feita a internalização dos aspectos positivos do desenvolvimento econômico e social advindo do aumento das taxas de C&T na região sem que haja qualidade de vida nas cidades e, em

decorrência disso, capacidade de fixação de mão de obra qualificada? Como será possível a capacitação de moradores da região sem condições de infraestrutura adequadas à era da informação (ex.: Internet banda larga)? De que forma é possível conciliar internalização de tecnologia e/ou conhecimento, sem que sejam incluídos nessa agenda de pesquisa aspectos relativos à questão urbana da região? Afinal, não se deve perder de vista que a maior parte da população da Amazônia reside em áreas urbanas e que suas principais cidades ainda apresentam taxas de urbanização superiores à média nacional e, apesar da precária oferta de infraestrutura, habitação, acesso a equipamentos e serviços, são os grandes centros difusores de acesso à cidadania na região.

Recebido em: 31/05/2013

Aprovado em: 17/03/2014

### **Notas explicativas**

<sup>i</sup> As primeiras reflexões sobre a formação de cidades são ancestrais, mas é somente na virada para o século XX que a cidade tornou-se objeto privilegiado de estudo. Surgem escolas e autores revolucionários que produziram ferramentas e análises que legitimaram esse novo campo de estudo (COULANGES, 1961; CHOAY, 1979; 1985; SASSEN, 2010).

<sup>ii</sup> O professor Armando Mendes, ao deixar a presidência do Banco da Amazônia (Basa), em 1967, retorna à UFPA e, logo no ano seguinte, assume o cargo de pró-reitor de Pesquisa, Planejamento e Desenvolvimento na instituição, cumprindo um papel de extrema importância no planejamento e na implementação da estratégia de pesquisa daquela instituição.

## Referências bibliográficas

BASTOS, A. P. V.; CASTRO, E. M. R.; RAVENA, N. O NAEA e o pioneirismo de formação na pós-graduação interdisciplinar da Pan-Amazônia. **Papers do NAEA**, v. 1, p. 1-17, 2010.

BECKER, B. K. Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. **Território**, ano IV, n. 6, jan./jun. 1999.

\_\_\_\_\_. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_. (Coord.). **Um projeto para a Amazônia no século 21: desafios e contribuições**. Brasília, DF: CGEE, 2009.

CANO, W. **Ensaio sobre a crise urbana do Brasil**. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

CARDOSO, A. C. D. O espaço da cidade amazônica tomado como ponto de conexão entre escalas e dinâmicas globais, regionais e locais. In: ENANPEGE, 9., 2011, Goiânia. **Anais...** Goiânia: Anpege, 2011. p. 1-15.

CARDOSO, A. C. D.; LIMA, J. J. F. A influência do governo federal sobre as cidades na Amazônia: os casos de Marabá e Medicilândia. **Novos cadernos NAEA**, v. 12, n.1, p. 162-192, 2009.

CHOAY, F. **O Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

\_\_\_\_\_. **A regra e o modelo**. São Paulo: Perspectiva, 1985.

CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.

COSTA, H. S. de M. Desenvolvimento Urbano Sustentável: Uma contradição de termos? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 2, p. 55-71, 1999.

COSTA, J. M. M. da. **Desenvolvimento regional: Naea, uma década de experiência amazônica**. Belém: Naea/UFPA, 1983.



COULANGES, F. **A Cidade Antiga**. São Paulo: Ed. das Américas, 1961.

GUEDES, F. **A Permanência do Atraso: Sociedade de Informação, Território e Cidade na Amazônia**. 2013. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo)– Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém.

LEFF, E. **Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes**. São Paulo: Cortez, 2012.

LEITÃO, K. O. **A dimensão territorial do Programa de Aceleração do Crescimento**: um estudo sobre o PAC no estado do Pará e o lugar que ele reserva à Amazônia no desenvolvimento do país. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)– Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

MARQUES, E. (Org.). **Assentamentos precários no Brasil urbano**. Brasília: Ministério das Cidades. São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole, 2007.

MEC – Ministério da Educação. **Plano Nacional de Pós-Graduação**. Brasília, 1975.

\_\_\_\_\_. **III Plano Nacional de Pós-Graduação**. Brasília, 1985.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Pós-Graduação (2011-2020)**. Brasília, 2010.

MINTER/ SERFHAU – Ministério do Interior/Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. **Planejamento Urbano e Local e o Desenvolvimento das Faixas Pioneiras**. Brasília: Minter/Serfhau, 1972.

SANTOS, A. da S.; MOREIRA, V. M. de J. (Orgs.). **Catálogo de teses e dissertações do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos**. Belém: Naea, 2008.

SASSEN, S. The City: its return as a lens of social theory. **City, Culture and Society**, v. 1, p.3 – 11, 2010.

SIMÕES, R. et al. **Novas centralidades e interiorizações na Amazônia: o modelo CENTRALINA**. Relatório de Pesquisa/Rede UrbisAmazônia.

2012. Disponível em: <[http://www.dpi.inpe.br/urbisAmazonia/lib/exe/fetch.php?media=urbis:producoes:rel:anexo\\_e\\_centralina.pdf](http://www.dpi.inpe.br/urbisAmazonia/lib/exe/fetch.php?media=urbis:producoes:rel:anexo_e_centralina.pdf)>. Acesso em: 23 jan. 2014.

TRINDADE JR., S-C. **A cidade dispersa:** os novos espaços de assentamento em Belém e a reestruturação metropolitana. 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

\_\_\_\_\_. A questão urbana, o estatuto da cidade e o desafio da sustentabilidade na Amazônia. In: NETO, S. (Org.). **Políticas públicas e gestão local.** Belém: FASE – Pará/Amazônia, 2004. p. 55-66.

TRINDADE JR., S-C.; PEREIRA, J.C.C. Reestruturação da rede urbana e a importância de cidades médias na Amazônia Oriental. In: SPOSITO, M.E. **Cidades médias:** espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 313-342.

UFPA - Universidade Federal do Pará. **UFPA 50 anos:** relatos de uma trajetória. Belém: ADUFPA, 2007.

\_\_\_\_\_. **Relatório social de gestão (2001-2009).** Belém: EDUFPA, 2009.